

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MIRANDA DO DOURO

ACTA N.º 2/2005

REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 29/04/2005

Por convocatória do 2º Secretário datada de 14 de Abril de 2005, reuniu, pelas 09.30 horas, na Casa da Cultura de Miranda do Douro, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Período antes da Ordem do Dia;
3. Aprovação da acta do dia 28 de Fevereiro de 2005;
4. Apreciação da Conta de Gerência relativa ao ano financeiro de 2004;
5. Projecto de Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar da Rede Publica do Concelho de Miranda do Douro;
6. Constituição de Sociedade Anónima;
7. Proposta de Alteração ao Capítulo XIV do Regulamento de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Miranda do Douro;
8. Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;

Não estando presentes os Srs. Presidente da Assembleia Municipal e o 1º Secretário, foi a presidência assegurada pelo 2º Secretário – Sr. Agostinho Afonso e os Deputados Hélder Teixeira e Albino Alonso, para completar a constituição da Mesa.

1 - INFORMAÇÕES; -----

Tomou a palavra o Senhor **Presidente da Mesa** e declarou aberta a sessão pelas 09.45 horas; -----

Seguidamente cumprimentou todos os membros da Assembleia Municipal, começando por transmitir as justificações de falta apresentadas pelos membros Belmiro Gonçalves e Hugo Picotês. -----

2 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

Foram abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste ponto, nomeadamente: -----

Amável Falcão: Pediu informações sobre a candidatura da estrada Póvoa/Malhadas. Mostrou o seu agrado pelas obras executadas na cidade. -----

José Augusto Ramos: Mostrou o seu desagrado para com a invasão do comércio chinês, por se tratar de concorrência desleal com a indústria das facas de Palaçoulo, e tudo o resto a nível nacional. -----

Nascimento Afonso fez uma alusão ao 31º aniversário do 25 de Abril que a seguir se transcreve: -----

“No dia 25 do corrente mês de Abril, cumpriram-se 31 anos da Revolução dos Cravos e 30 anos das primeiras eleições – verdadeiramente livres – para a Assembleia Constituinte. Nunca

é demais realçar a importância histórica dessas eleições. Primeiramente, porque foram as primeiras por sufrágio universal. Nunca tal acontecera, antes, em Portugal: nem durante a Monarquia Constitucional, nem na Primeira República, nem no Estado novo. Para muitos portugueses esta foi mesmo a 1ª vez que votaram, dada a falta de liberdade de escolha que desvalorizava as consultas eleitorais, durante os consulados de Salazar e de Marcelo Caetano. Em segundo lugar, as primeiras eleições livres de 1975 também ganharam lugar na história de Portugal, porque coroaram um processo que haveria de conduzir o País ao regime de democracia representativa de tipo ocidental, em que hoje felizmente, vivemos. Tal facto permitiu a nossa integração na actual União Europeia. Convém, no entanto, recordar que – entre o Movimento do 25 de Abril de 1974, as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, em 1975 e a aprovação da Constituição da República, em 25 de Abril de 1976 – o País foi posto, por mais que uma vez, perante duas alternativas: De um lado, estavam os responsáveis militares e políticos que defendiam um processo democrático, tendo – como compromisso de honra – precisamente a realização de eleições livres; Do outro lado, estavam aqueles que desvalorizavam o acto eleitoral, preferindo apostar no vanguardismo revolucionário. Nesse período revolucionário, viveu-se um verão quente – precedido pela queda do primeiro Governo provisório e que terminou com a demissão do primeiro Presidente da República do pós 25 de Abril. Nesse período, viveu-se ainda o 11 de Março – com a consequente criação do Conselho da revolução e da Assembleia do MFA, sob o controlo directo daquele Movimento. Neste clima de instabilidade, de manifestações e de protestos, muitas vezes violentos – temeu-se o pior: uma guerra civil. Nas vésperas da eleição para a Assembleia Constituinte, o MFA chegou mesmo a pelar ao voto em branco como um voto naquele Movimento. Porém, os portugueses recusaram o conselho. Não quiseram deixar de dizer, de sua justiça, e – no dia 25 de Abril de 1975 – acorreram em massa às urnas. Os resultados foram avassaladores: mais de 90% de participação. O Partido Socialista (PS) venceu as eleições com 37,9%, seguido pelo Partido Popular Democrático (PPD). Tinham saído derrotados o PCP e – com ele – o MFA. No entanto, a rivalidade entre as duas facções político-militares continuaria. E a clarificação só viria a acontecer, através do confronto militar de 25 de Novembro – liderado pela ala moderada do MFA – com o apoio do PS e dos partidos da direita. Todavia, a calma democrática só seria atingida um ano depois, com a aprovação da Constituição da República, em 1976. Apenas aí – e só aí – é que o movimento revolucionário amainou. Em 1976, os portugueses conheceram a nova Constituição, elegeram um Presidente da República e deram poder às Câmaras Municipais. Estava aberto o caminho para a democracia, iniciado com o Movimento de 25 de Abril de 1974, alicerçado com as primeiras eleições livres, em 25 de Abril de 1975 e firmado com a aprovação da Constituição da República, em 25 de Abril de 1976”. -----

Abílio Barril: Falou de novo do trânsito da cidade e perguntou para quando a alteração do mesmo. -----

Alberto Raposo: Mostrou a sua preocupação quanto à má qualidade da estrada Póvoa/Malhadas. Referiu-se também ao almoço do Concurso de ovinos da raça Churra, dizendo que não houve controle. Falou do Conselho Cinegético do Concelho, que já tinha caducado e que não houve eleição para um novo. Terminou perguntando ao Sr. Presidente da Câmara sobre a Unidade Móvel de Saúde, se vai a todas as aldeias. -----

Presidente da Câmara: Respondeu a todas as questões colocadas pelos intervenientes. --

Alberto Raposo: Voltou a falar na Unidade Móvel de Saúde, que não tinha mais informações e que simplesmente tinha perguntado. E quanto à estrada de Póvoa/Malhadas era urgente, que tudo tem limites. -----

Presidente da Câmara: Respondeu novamente ao deputado Alberto Raposo. -----

3 – APROVAÇÃO DA ACTA DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2005; -----

Não tendo havido quaisquer intervenções, foi a acta do dia 28 de Fevereiro de 2005 posta a votação e aprovada por maioria com três abstenções, nomeadamente, José Almendra, António Rodrigues e Francisco Fidalgo. -----

4 – APRECIACÃO DA CONTA DE GERÊNCIA RELATIVA AO ANO FINANCEIRO DE 2004; -----

Foram abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste ponto, nomeadamente: -----

José Augusto Ramos: Falou na taxa de execução de 47%, que seria vontade do executivo e desta Assembleia que fosse mais elevada, para bem do Concelho e que isso se deve a constrangimentos alheios, à actual gestão, nomeadamente as obras do Fresno e a venda das casas sociais do Bairro da Terronha. No entanto, diz que o nº de obras em relação ao ano anterior, aumentaram. No geral é da opinião que foi um documento bem planeado e que este executivo continua empenhado no desenvolvimento do concelho. Contudo, alerta para que o investimento no concelho, no corrente ano, contemple todas as freguesias e não se concentre apenas numa parte do concelho. Finalizou a sua intervenção, dirigindo ao executivo, o seu apreço pela forma como conseguiu e administrou os recursos financeiros ao longo do ano de 2004, e ao Dr. Carlos, economista da Câmara, pela forma como apresentou a Conta de Gerência. -----

Artur Nunes: Falou de uma baixa taxa de execução. Chamou a atenção para a classificação do imobilizado, que ainda não está feito e que deveria estar aquando do Pocal, pois essa avaliação é um elemento muito importante. Questionou o Sr. Presidente quanto à reforma do património, e se está previsto algo nesse sentido. -----

Francisco Fidalgo: Leu a sua intervenção que a seguir se transcreve: -----

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas: Estamos a aproximar-nos do fim desta legislatura, para a qual o povo Mirandês nos elegeu. Não quero deixar passar esta oportunidade, sem fazer alguns comentários. A democracia só existe e funciona quando há oposição, é a ela que cabe acompanhar, denunciar, e fiscalizar os erros de quem governa. É hábito bastante generalizado no nosso País que as oposições ao contrário do que seria desejável, nem sempre acompanham, não denunciam quando devem, e fiscalizam à sua maneira, O discurso e a retórica infundada, dá lugar a desperdício de energias de quem governa. Os interesses partidários e particulares, sobrepõem-se muitas vezes aos direitos e anseios das populações. Sejamos corajosos, façamos críticas, e apontemos soluções, condenemos abusos e prepotências, mas tenhamos o bom senso de reconhecer o valor e o mérito de quem governa bem. Se assim fizermos, estaremos prestando, um bom serviço à democracia, contribuindo para a dignificação, da classe política, da justiça e da paz. -----

Sr. Presidente: Tenho sido pouco interventivo nesta legislatura, a terceira que os eleitores me concederam. O que não significa de modo algum, que não tenha estado atento, à sua governação. Registo com agrado, o surto de desenvolvimento do nosso Concelho, que a sua governação imprimiu, nomeadamente, no empenho a candidaturas de projectos de financiamentos, sem os quais não teríamos o orgulho de vermos tais projectos executados. Mas esse orgulho é ainda maior, quando sabemos que apesar do grande valor das obras em execução, e executadas consegue reduzir a dívida da Câmara. Não direi que há milagres, mas temos de reconhecer, que houve boa gestão. O bom desempenho da sua missão, é a razão das cartas anónimas que recebe, porque os seus inimigos e inimigos do povo de Miranda, têm medo de dar a cara, e escondem-se no anonimato, que é a toca dos cobardes. Os Homens passam as obras

ficam, porém não há obras sem Homens. Continue o seu trabalho, o Povo Mirandês, ficar-lhe-á muito agradecido. Muito obrigado”.

Carlos Nunes disse: O Presidente da Câmara é acusado de não acertar com o orçamento, não é acusado de não fazer obras. Sr. Presidente continue a colocar Miranda do Douro no mapa.

Carlos Ferreira: Interveio falando em mirandês, para chamar a atenção do executivo da baixa taxa de execução desta Conta de Gerência, que não chega aos 50%. Disse ainda, que para haver tão baixa execução, é porque houve coisas que não foram feitas, e que o devem assumir que não correu tão bem como queriam; que, se não vem mal ao mundo porque há baixa execução, então não era necessário este tipo de documento. Também reconhece que há mais obras, e que também vem cada vez mais dinheiro de fora.

Fernando Palhau: Disse também achar estranha tão baixa execução, mas compreendeu que com as novas regras do Pocal, obriga a orçamentar várias obras como o Centro de Saúde e outras.

Humberto Meirinhos: Alertou para o facto da Conta de Gerência apresentar um desequilíbrio entre as despesas e as receitas em 210.000 €. Referiu ainda que apesar da Câmara dispor da importância em falta, que resulta do saldo do ano anterior, não foi colocada no orçamento, por esse motivo não pode ser utilizada na gerência de 2004.

Vereador António Carção: mandou chamar o Economista da Câmara Municipal, para explicar essa diferença.

Presidente da Câmara: Respondeu às questões colocadas.

Orlando Vaqueiro: Entende que o debate de ideias não deve ultrapassar o Regimento da Assembleia Municipal.

Artur Nunes: Disse que a avaliação de um executivo vê-se perante os documentos que apresenta, embora fazer obras seja politicamente correcto.

Esteve presente o Economista da Câmara que esclareceu a diferença de valores, da questão colocada pelo Deputado Humberto Meirinhos.

Posta a votação, a conta de gerência, foi aprovada por maioria.

5 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO;

Foram abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste ponto, nomeadamente: -----

José Martins: Deu os parabéns ao executivo pelo que fez neste sentido, disse que é uma prestação social muito importante.

Posto a votação o projecto de regulamento, foi aprovado por unanimidade e em minuta. --

6 – CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÓNIMA;

Foram abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste ponto, nomeadamente: -----

Humberto Meirinhos: Falou que é uma ideia louvável, visto o Município não ter capacidade. A menos positiva é a forma de concretizar, pode haver concorrência entre a Câmara Municipal como sócia agora e a empresa criada pela Câmara, podendo até, mesmo, criar confusão nas competências. -----

Artur Nunes: Sugere a criação de um Centro Logístico e que esse Centro fosse em Miranda do Douro. -----

Carlos Ferreira: Disse que este assunto é limitado em termos de informação prestada, pois não sabe quantas pessoas vai ter, quais são os locais, quais são os armazéns etc. -----

José Martins: Referiu ser importante a rentabilização do local de venda dos produtos e que a sede fosse em Miranda. -----

Nascimento Afonso: Regozija-se pelo ponto anterior, e por este assunto. Referiu ser bom para o concelho, de trazer mais valias. Que já era necessária a comercialização daquilo que temos de bom, produtos agro-alimentares, raças autóctones e artesanato. -----

O Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas. -----
Posto a votação foi este ponto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

7 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CAPITULO XIV DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO; -----

Inscreeu-se neste ponto unicamente o Deputado Orlando Vaqueiro para dizer que concorda e que é um abaixamento de taxas. -----

Posto a votação foi este ponto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

8 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

O Deputado Orlando Vaqueiro questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a Central de Camionagem, tendo o Sr. Presidente prestado o esclarecimento. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Mesa** deu por terminada a sessão eram 12.35 horas. -----

O Presidente: _____

Os Secretários: _____

A Secretária da sessão: Avelina Maria Bratil Vieira